



Transmissão de Energia Sul Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	17
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	18
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR.....	19
(9) ATIVO CONTRATUAL	19
(10) FORNECEDORES	20
(11) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	20
(12) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	20
(13) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	21
(14) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	22
(15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	24
(17) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS.....	25
(18) RESULTADO FINANCEIRO	26
(19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	26
(20) SEGUROS.....	27
(21) GESTÃO DE RISCOS	28
(22) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	29
(23) COMPROMISSOS.....	30
(24) EVENTOS SUBSEQUENTES.....	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e senhoras Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Transmissora de Energia Sul Brasil S.A., submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2025. Os relatórios foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

Com sua atividade de transmissão de energia regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), a Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 2011 para explorar a concessão de transmissão de energia elétrica, oriunda do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010 – Lote A. A concessão é válida pelo prazo de 30 anos a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ocorrida em 27 de julho de 2011.

Durante o exercício de 2025, foram realizados investimentos no montante de R\$ 9.074 milhões destinado principalmente a manutenção e operação do seu negócio.

A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 35.063 milhões, comparando com o lucro de R\$ 68.561 milhões do exercício anterior. Essa redução foi impactada principalmente pelo efeito dos custos com serviços prestados a terceiros.

Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar.

Para mais informações, acesse a nossa [Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão](#).

Agradecimentos

A Administração da Transmissão de Energia Sul Brasil agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025.

A Administração.

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP 321353/O-4

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Transmissão de Energia Sul Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissão de Energia Sul Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Transmissão de Energia Sul Brasil S.A.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Transmissão de Energia Sul Brasil S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.247	21.294
Títulos e valores mobiliários	6	6.993	38.989
Concessionárias e permissionárias	7	5.056	4.910
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	12	10
Outros tributos a compensar	8	383	1.580
Ativo contratual	9	29.057	26.780
Outros ativos		1.376	104
Total do circulante		58.124	93.667
Não circulante			
Depósitos judiciais	14	42.095	38.701
Outros tributos a compensar	8	660	-
Outros ativos		154	212
Imobilizado		814	6
Ativo contratual	9	286.985	278.314
Total do não circulante		330.708	317.233
Total do ativo		388.832	410.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	10	2.090	1.147
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	1.913	2.159
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	11	583	337
Dividendos		7.827	16.283
Outras contas a pagar	12	7.003	941
Total do circulante		19.416	20.867
Não circulante			
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	11	2.464	4.181
Débitos fiscais diferidos	13	9.734	9.397
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	26.048	23.172
Contrato Oneroso		4.940	4.939
Total do não circulante		43.186	41.689
Patrimônio líquido			
Capital social	15	296.066	296.066
Reserva legal		5.181	3.428
Reserva de Lucros a realizar		24.544	-
Dividendo		438	48.850
Total do patrimônio líquido		326.230	348.344
Total do passivo e do patrimônio líquido		388.832	410.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	16	52.815	62.908
Custo com operação	17	(414)	(2.920)
Outros custos com operação		(414)	(2.920)
Custo com serviço prestado a terceiros	17	(8.879)	14.763
Lucro operacional bruto		43.522	74.751
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(457)	(284)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(455)	(284)
Outras despesas com vendas		(2)	-
Despesas gerais e administrativas	17	(10.109)	(6.708)
Depreciação e amortização		(4)	(4)
Outras despesas gerais e administrativas		(10.105)	(6.704)
Outras despesas operacionais	17	(14)	107
Outras despesas operacionais		(14)	107
Resultado do serviço		32.942	67.866
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		7.799	18.729
Despesas financeiras		(1.197)	(1.409)
		6.602	17.320
Lucro antes dos tributos		39.544	85.186
Contribuição social	13	(1.352)	(5.307)
Imposto de renda	13	(3.129)	(11.318)
		(4.481)	(16.625)
Lucro líquido do exercício		35.063	68.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>35.063</u>	<u>68.561</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>35.063</u>	<u>68.561</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

Demonstração do resultado das mutações do patrimônio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Capital social	Reservas de capital	Ações em Tesouraria	Reserva de Lucro		Dividendo	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	616.565	284	(284)	-	-	-	(210.499)	406.066
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	68.561	68.561
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	68.561	68.561
Mutações internas do patrimônio líquido	(320.499)	-	-	3.428	-	-	207.071	(110.000)
Redução de capital	(320.499)	-	-	-	-	-	210.499	(110.000)
Constituição da reserva legal	-	-	-	3.428	-	-	(3.428)	-
Transações de capital com os acionistas	-	(284)	284	-	-	48.850	(65.133)	(16.283)
Ações em tesouraria	-	(284)	284	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	48.850	(48.850)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(16.283)	(16.283)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	296.066	-	-	3.428	-	48.850	-	348.344
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	35.063	35.063
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.063	35.063
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	1.753	24.544	-	(26.297)	-
Constituição da reserva de Lucros a realizar	-	-	-	-	24.544	-	(24.544)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	1.753	-	-	(1.753)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	-	(48.412)	(8.766)	(57.177)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(500)	(500)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	438	(438)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(7.827)	(7.827)
Aprovação de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(48.850)	-	(48.850)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	296.066	-	-	5.181	24.544	438	-	326.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes dos tributos	39.544	85.186
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4	4
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.852	52
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	455	284
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(3.353)	(3.519)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	(116)
Ativo Contratual	<u>(28.103)</u>	<u>(55.891)</u>
	10.399	26.000
Redução (aumento) dos ativos:		
Concessionárias e permissionárias	(601)	(998)
Tributos a recuperar	535	(1.486)
Depósitos judiciais	-	(388)
Adições de Ativo de Transmissão	(9.074)	(2.750)
Ativo Contratual	27.525	19.327
Outros ativos operacionais	(1.212)	862
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	943	558
Outros tributos e contribuições sociais	(1.433)	(4.182)
Taxas regulamentares	52	408
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(23)	(28)
Outros passivos operacionais	<u>5.695</u>	<u>(130)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	32.806	37.193
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(4.402)</u>	<u>(2.831)</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	28.404	34.362
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(813)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	31.995	(13.768)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	31.182	(13.768)
Atividades de financiamentos		
Redução de capital por acionistas não controladores	-	(110.000)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	<u>(65.633)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(65.633)	(110.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.047)	(89.406)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.294	110.701
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>15.247</u>	<u>21.295</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

TRANSMISSÃO DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Transmissão de Energia Sul Brasil S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anônima de capital fechado de direito privado, que tem por objeto explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia, mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia (cinco linhas de transmissão e quatro subestações), sendo sua atividade regulamentada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 2011 para explorar a concessão de transmissão de energia elétrica oriunda do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010 – Lote A e Contrato de Concessão assinado em 27 de julho de 2011, que consiste na construção, operação e manutenção de 5 linhas de transmissão e 4 subestações): (i) LT 230 KV de Porto Alegre 9 – Porto Alegre 8; (ii) de LT 230 KV de Porto Alegre 9 – Nova Santa Rita; (iii) LT 230 KV de Campo Bom Taquara; (iv) LT230 KV - Jardim Botânico FIC/ Porto Alegre 10 C-1 RS (v) 230 KV - Viamão 3; (vi) 230 KV Candelária 2; (vii) Restinga, LT 230 KV Restinga – Porto Alegre 13 e LT 230 KV Restinga – Viamão 3 e (viii) SE 230/69 KV Jardim Botânico 3º Transformador JBO.

O serviço de transmissão da rede básica iniciou suas operações em janeiro de 2011. A partir da entrada de operação das instalações, a transmissora recebe a receita anual permitida (RAP) pela prestação do serviço público de transmissão, salvo o montante necessário à cobertura das contribuições sociais recuperáveis, relativas ao Programa de Integração Social – PIS, ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A RAP será reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, e revisada durante o período de concessão em intervalos periódicos de cinco anos.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, que é de 27 de julho de 2011.

O contrato de concessão da Companhia contempla as seguintes principais informações:

<u>Número</u>	<u>Prazo(anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP</u>	<u>Índice de correção</u>
001/2011	30	2041	48.318	Variação IPCA

A CPFL Transmissão S.A. (“CPFL Transmissão” ou “Controladora”) detém 98,01%, RealYou Group Co. Ltd. Detém 1,99%.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Doutor João Inacio,859 – Navegantes - CEP 90230-181 na cidade de Porto Alegre, RS - Brasil.

Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a conseqüente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia *GHG Protocol*. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar

esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada frente as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD* (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do *Carbon Disclosure Project (CDP)* nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD)* e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project (CDP)*, dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão.

Iniciativas específicas

Segmento de transmissão: Investimentos para modernização das subestações e linhas de transmissão, e avaliação de novas tecnologias e alternativas para mitigar os impactos dos eventos climáticos. Além do monitoramento remoto dos ativos via satélite, permitindo fazer previsões de curto prazo e monitoramento envolvendo incêndios, deslizamentos de terra, erosão, dentre outros.

Gestão de Crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises da CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 02 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 23 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 9 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Débitos fiscais diferidos;
- Nota 14 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados

pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia avaliam a performance e alocam os recursos necessários.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

3.2 Ativo Contratual da Concessão

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Empresa reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Empresa esclarece que:

- i. Atribuiu margens esperadas de construção antes dos impostos, e de operação e manutenção no início do projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de do projeto após a alocação das margens de construção. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 3% a.a. e 10% a.a.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos) estão demonstradas na nota 22.

3.4 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“*PD*” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“*EAD*” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“*LGD*” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um

ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos pelo regime de competência sobre o montante a receber da receita de construção.

- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia tem como metodologia de apuração de imposto de renda e contribuição social o lucro presumido regime caixa, o cálculo para recolhimento destes impostos é com base no percentual de presunção de lucro sobre o recebimento efetivo acrescido de 100% das seguintes receitas: ganhos de capital, rendimentos e ganhos líquidos auferidos de aplicações financeiras e demais receitas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, o Grupo aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações à IAS 21, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

3.11 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

(c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas a contratos que fazem referência à eletricidade dependente de condições naturais. As alterações ajustam os requisitos de “uso próprio”, permitem a utilização desses contratos como instrumentos de hedge em determinadas circunstâncias e introduzem novos requisitos de divulgação.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Ativo contratual

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 24).

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos bancários	47	25
Aplicações financeiras	15.200	21.269
Títulos de crédito privado (a)	8.735	18.237
Fundos de investimento (b)	6.465	3.032
Total	15.247	21.294

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (“CDB’s”) no montante de R\$ 8.735 (R\$ 18.237 em 31 de dezembro de 2024), tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,36% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (100,59% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- b) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez no montante de R\$ 6.465 (R\$ 3.032 em 31 de dezembro de 2024) e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Através de Fundos de investimentos (a)	6.993	38.989
Total	6.993	38.989

- a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 6.993 cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI.

(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Concessionárias e permissionárias	4.561	61	1.268	5.890	5.289
	4.561	61	1.268	5.890	5.289
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(834)	(379)
Total				5.056	4.910

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias referente à disponibilização do sistema de transmissão, faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e aos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os agentes acessantes.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Concessionárias e permissionárias</u>
Saldo em 31/12/2024	(379)
Provisão revertida (constituída) líquida	(455)
Saldo em 31/12/2025	(834)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	12	10
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>12</u>	<u>10</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	249	1.480
Programa de integração social - PIS	18	12
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	75	47
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1
Outros	40	40
Outros tributos a compensar	<u>383</u>	<u>1.580</u>
Total circulante	<u>395</u>	<u>1.590</u>
Não circulante		
ICMS a compensar	660	-
Outros tributos a compensar	<u>660</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>660</u>	<u>-</u>

(9) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como “Ativo Contratual” a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como seguem:

Saldo em 31/12/2023	283.293
(+) Adições	2.750
(-) Amortização	(19.327)
(+) Atualização Monetária	14.248
(+) Remuneração	24.911
(-) Outros	(781)
Saldo em 31/12/2024	<u>305.094</u>
(+) Adições (i)	9.074
(-) Amortização	(27.525)
(+) Atualização Monetária	13.514
(+) Remuneração	14.589
(-) Outros	1.296
Saldo em 31/12/2025	<u>316.043</u>
Circulante	29.057
Não circulante	286.985

- (i) Adições referentes à projetos de reforço nas instalações: i) SE Nova Santa Rita conforme Despacho 1.232/2022 para substituição de equipamentos; ii) SE Viamão 3 conforme Termo Aditivo ao CCT-001/2015 para Instalação de nova Entrada de Linha; iii) SE Restinga conforme Despacho 3.085/2024 para Instalação do 3º TF 230/69 kV – 83 MVA (3Ø) e conexões.

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2025/2026 está vigente desde 1º de julho de 2025 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.481/2025 para o contrato de concessão de transmissão nº 001/2011, é de R\$ R\$ 48.318 e PA de (R\$ 4.218).

(10) FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Materiais e serviços	2.090	1.147
Total	<u>2.090</u>	<u>1.147</u>

O saldo de fornecedores de materiais e serviços empregados na manutenção das instalações de transmissão é de R\$ 2.090 em 2025 (R\$ 1.147 em 2024).

(11) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.627	1.646
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	286	514
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>1.913</u>	<u>2.159</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	92	-
Programa de integração social - PIS	27	26
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	126	121
Outros	338	189
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>583</u>	<u>337</u>
Total Circulante	<u>2.496</u>	<u>2.496</u>
<u>Não circulante</u>		
Outros	2.464	4.181
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>2.464</u>	<u>4.181</u>
Total Não circulante	<u>2.464</u>	<u>4.181</u>

(12) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Consumidores e concessionárias	93	69
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	581	400
MME / FNDCT /	30	22
Taxas Regulamentares	460	408
Outros	5.839	42
Total	<u>7.003</u>	<u>941</u>

O saldo de outros, refere-se à constituição de efeitos temporários decorrentes do fato de que a receita efetivamente recebida pode ser superior ou inferior à receita homologada. Tais diferenças são compensadas no ciclo tarifário subsequente, caracterizando, portanto, um efeito temporário.

(13) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

13.1 Composição dos débitos fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(3.413)	(3.295)
Subtotal	(3.413)	(3.295)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(6.321)	(6.102)
Subtotal	(6.321)	(6.102)
Total	(9.734)	(9.397)
Total débito fiscal	(9.734)	(9.397)

13.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	3.413	6.321	3.295	6.102
Total	3.413	6.321	3.295	6.102

13.3 Reconciliação do montante de contribuição social e imposto de renda registrados no resultado do exercício de 2025:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	39.544	39.544	85.186	85.186
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Efeito regime lucro presumido	(25.830)	(27.897)	(62.832)	(64.323)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	-	-	-	-
Base de cálculo	13.714	11.647	22.354	20.863
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(1.234)	(2.912)	(2.012)	(5.216)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(118)	(217)	(3.295)	(6.102)
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-
Total	(1.352)	(3.129)	(5.307)	(11.318)
Corrente	(1.234)	(2.910)	(2.012)	(5.216)
Diferido	(118)	(219)	(3.295)	(6.102)

(14) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais *	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais*
Trabalhistas	24	-	22	-
Cíveis	26.024	427	23.150	395
Outros	-	41.668	-	38.306
Total	26.048	42.095	23.172	38.701

Depósito judicial – multa SAF/ANEEL

Em face de decisão judicial, onde a ANEEL incluiu a Transmissão de Energia Sul Brasil S.A. e a Austral Seguradora no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, em 29 de janeiro de 2018, em razão da ausência do recolhimento da multa no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados do recebimento do Ofício nº 570/2017 – SAF/ANEEL, emitido pela Superintendência de Administração e Finanças (SAF), onde a mesma informou que o prazo para manifestação junto à Seguradora foi postergado para 06 de fevereiro de 2018, o escritório de advocacia, que assessora a Companhia, orientou que o mais adequado é a contratação de seguro garantia ou carta fiança em favor do juízo onde tramita a ação, possibilitando o deferimento de medida liminar que suspenda a execução da garantia ofertada à ANEEL por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2011 (quarto cenário apresentado nas alternativas e consequências do ora citado Memorando). Acrescentou que, sucessivamente, caso ainda assim não seja obtida a liminar, recomenda-se o depósito judicial do valor atualizado da multa, possibilitando sua futura reversão em favor da Transmissão de Energia Sul Brasil S.A. caso a Companhia obtenha decisão favorável em relação ao mérito da demanda. No tocante as chances de êxito da Transmissão de Energia Sul Brasil S.A. na ação, o escritório emitiu manifestação informando que, apesar de a sentença ter sido desfavorável, são possíveis, mais prováveis do que remotas (acima de 50%).

O Conselho de Administração autorizou a contratação de seguro garantia ou carta fiança em favor do juízo onde tramita a ação, possibilitando o deferimento de medida liminar que suspenda a execução da garantia ofertada à ANEEL por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2011. Inexitosa a contratação do seguro garantia, autorizou o depósito judicial do valor atualizado da multa, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2018, no montante de R\$24.960, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 41.668(R\$ 38.306 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	22	-	-	-	2	24
Cíveis	23.150	1.851	(51)	(23)	1.097	26.024
Total	23.172	1.851	(51)	(23)	1.099	26.048
Depósitos Judiciais	38.701	-	-	-	3.394	42.095

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

Trabalhistas – As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	Principais causas
Trabalhistas	35	91	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	66.060	104.877	Reparação de danos e contratos
Fiscais	449	-	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	41	41	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>66.584</u>	<u>105.008</u>	

(15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital Social

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
CPFL Transmissão	529.821	98,01%	529.821	98,01%
REALYOU GROUP CO. LTD.	10.767	1,99%	10.767	1,99%
Total	<u>540.589</u>	<u>100,00%</u>	<u>540.589</u>	<u>100,00%</u>

15.2 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 29.725, que compreende: i) Reserva Legal R\$ 5.181; e ii) Reserva de lucro a realizar R\$ 24.544.

15.3 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2025</u>
Lucro líquido do ano fiscal	35.063
Reserva legal	(1.753)
Lucro líquido considerado para destinação	33.310
Dividendos mínimo obrigatório	(7.827)
Reserva de lucro a realizar	(24.544)
Dividendo Intermediário	(500)
Dividendo Adicional Proposto	(438)

(16) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita Operacional	2025	2024
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	29.399	43.889
Receita de Operação e Manutenção	18.116	19.666
Receita com construção da infraestrutura	9.074	2.750
Total da receita operacional bruta	56.589	66.305
Deduções da receita operacional		
PIS/COFINS	(1.801)	(1.606)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	(15)
Encargos Setoriais	(1.800)	(1.618)
Outras deduções	(173)	(158)
	(3.774)	(3.397)
Receita operacional líquida	52.815	62.908

(17) CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais									
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	-	-	221	147	-	-	221	147
Material	-	3	-	-	3.956	10	-	-	3.956	13
Serviços de terceiros	414	2.804	-	-	3.549	6.233	-	-	3.963	9.037
Custos com construção da infraestrutura	-	-	8.879	(14.763)	-	-	-	-	8.879	(14.763)
Outros	-	113	-	-	2.381	318	14	(107)	2.395	324
Arrendamentos e aluguéis	-	55	-	-	67	89	-	-	67	144
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	2.123	20	-	-	2.123	20
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	(116)	-	(116)
Outros	-	58	-	-	191	209	14	9	205	276
Total	414	2.920	8.879	(14.763)	10.107	6.708	14	(107)	19.414	(5.242)

(18) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Receitas</u>		
Rendas de aplicações financeiras	4.299	15.143
Atualização de depósitos judiciais	3.394	3.568
Atualizações monetárias e cambiais	-	12
Outros	106	6
Total	7.799	18.729
<u>Despesas</u>		
Atualizações monetárias e cambiais	(1.048)	(1.166)
Outros	(149)	(243)
Total	(1.197)	(1.409)
Resultado financeiro	6.602	17.320

(19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Transmissão S.A., Companhia controlada em conjunto pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Empresa.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Ativo contratual, intangível Materiais e prestação de serviços** – Refere-se a materiais e serviços empregados na construção da linha de transmissão e serviços administrativos.
- **Disponibilização do Sistema de Transmissão** - Refere-se à receita da prestação do serviço público do uso de sistema de transmissão.

O Grupo CPFL possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	-	31	108	-	-	205	511
Arrendamento e aluguel								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	-	67	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	6	893	935	-	-	4.940	2.812
Disponibilização do Sistema de Transmissão								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	65	62	-	-	5.230	4.754	-	-

(20) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A principal cobertura de seguro é:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2025
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	200.000
Transporte	Transporte nacional	839
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	20.000
Garantia	Seguro Garantia	48.383
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		419.222

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela administração da Companhia, e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

(21) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia da CPFL Energia cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a. Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b. Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c. Acompanhar o *status* dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de

mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(22) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2025		31/12/2024	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível2	15.247	15.247	21.294	21.294
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível2	6.993	6.993	38.989	38.989
Total				22.240	22.240	60.283	60.283

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

c) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Empresa deve liquidar as respectivas obrigações.

<u>31/12/2025</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Menos de 1 mês</u>	<u>1-3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	10	1.596	494	-	2.090
Taxas regulamentares		119	-	341	460
Outros		123	-	-	123
Consumidores e concessionárias		93	-	-	93
MME/ FNDCT		30	-	-	30
Total		1.838	494	341	2.673

(23) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

<u>Obrigações contratuais em 31/12/2025</u>	<u>Duração</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>4-5 anos</u>	<u>Total</u>
Projetos de construção de infraestrutura	4	5.042	530	67	5.639
Fornecedores de materiais e serviços	3	31.889	19.757	-	51.646
Total		36.931	20.287	67	57.285

(24) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2026, foi deferida, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a substituição da garantia por seguro, anteriormente prestada pela Companhia no processo nº 0051905-73.2014.4.01.3400, movido pela Transmissora de Energia Sul Brasil em face da ANEEL, relacionada à suspensão da execução da Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato de Concessão nº 001/2011, conforme determinado no processo administrativo nº 48500.005315/2013-61.

Em decorrência dessa decisão, foi autorizada a liberação do depósito judicial anteriormente constituído para manutenção dos efeitos da medida liminar, o qual, atualizado, totaliza o montante de R\$ 41.668 na data de sua liberação.

DIRETORIA

FU LI
Diretor Presidente

MINGZHI HAN
Diretora Financeira

José Alexandre de Almeida Serra
Diretor

Celso Guimarães Filho
Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP 321353/O-4
